

?	?	?	?
?			?
Agosto de 2006 - Nº11			
Edições Anteriores			
<p>:: Ministério Público e Cedeca à frente de mobilização pelo transporte escolar de qualidade no Ceará</p> <p>:: Projeto Pindorama reivindica inserção da história indígena no currículo escolar</p> <p>:: Qualidade na educação infantil é tema de consulta entre crianças, pais e educadores</p> <p>:: Situação irregular não pode impedir acesso à educação para imigrantes</p>	<h2 style="color: #92d050;">Relatório Global 2006 sobre Direito à Educação denuncia violações</h2> <p>“Quem tem a sorte de viver em países onde pelo menos o ensino obrigatório é gratuito acha que essa é a realidade mundial”, alerta o <i>Relatório Global 2006: O Estado do Direito à Educação no Mundo. Gratuita ou com preço?</i>, elaborado com a colaboração de organizações do mundo todo nos últimos seis anos e coordenado por Katarina Tomasevski, relatora pelo Direito à Educação das Nações Unidas entre 1998 e 2004. E, como mostram as 281 páginas do documento, a situação é bastante desigual e pouco animadora mundo afora.</p> <p>“Globalmente o direito à educação é negado apesar das recomendações das Nações Unidas sobre direitos humanos. Uma das maiores expressões é o valor cobrado pela educação - sobretudo a educação básica. Em muitos locais, é mais do que as pessoas de baixa renda podem pagar”, afirma. E, para ilustrar, mostra casos inaceitáveis onde crianças devem trabalhar – ainda que na própria escola – para pagar por seus estudos. Com foco na educação básica, o relatório analisa legislação, políticas e práticas em 170 países, procurando observar se o direito à educação é reconhecido ou negado. Destaca, ainda, o impacto do modelo escolhido (ou imposto) em cada um desses locais.</p> <p>Nas duas páginas dedicadas à situação no Brasil, são explicados os mecanismos que garantem um valor fixo no orçamento público para a educação (18% do orçamento federal e 25% dos orçamentos estaduais e municipais) e o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (FUNDEF). E destaca, diante desse modelo adotado, a importância de um monitoramento eficaz por parte da sociedade para saber se os fundos realmente estão sendo aplicados em programas educativos.</p> <p>“Por conta de as responsabilidades financeiras pela educação estarem alocadas em diferentes esferas de governo, do federal ao local, um bom monitoramento pode revelar as melhores e as piores práticas nesse enorme e diverso país”, diz o relatório. Como exemplo das “piores”, cita um dado da ONG Transparência Brasil mostrando que em 63% dos municípios há casos de desfalque e em 60% deles os fundos que deveriam ser da educação são usados para outros fins.</p> <p>Por outro lado, destaca o potencial da Sociedade Civil em se fazer cumprir a Constituição. Ilustra com o caso da cidade de Novo Cruzeiro (MG), onde o Ministério Público, a partir de denúncias de organizações não governamentais, obrigou as autoridades municipais a proverem transporte escolar gratuito, com um prazo de 30 dias para que a medida fosse cumprida.</p>		
?			
	<p>Relatório Global 2006 - O Estado do Direito à Educação no Mundo: Gratuita ou com Preço?</p>		

[www.katarinatomasevski.com](http://www.katarinatomasevski.com)



Portal Direito à Educação  
[www.right-to-education.org](http://www.right-to-education.org)

